

MUNICIPAL

Deliberações da Câmara Municipal

Reunião de Câmara de 24 de novembro

2017

Orçamento e GOP para 2018

Aprovado o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2018.

Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2018

Aprovado o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2018.

Incêndio de outubro de 2017 – Excesso de Consumo de Água – Devolução Parcial

Aprovada a proposta n.º 130/2017 referente ao procedimento a adotar no que respeita ao excesso do consumo de água, no âmbito do incêndio de outubro de 2017, determinando que o este deve ser apurado com base na leitura do mês homólogo de consumo, correspondendo conforme os casos aos meses de outubro ou novembro de 2016 dos consumidores domésticos, de forma a verificar as variações anormais de consumo resultante das leituras atuais e devolvido na própria fatura aos consumidores domésticos o valor de consumo de água que exceder aquela diferença. Determina também que, dado que atualmente o sistema de faturação resulta de leituras reais mensais em cerca de metade dos consumidores, a devolução será refletida nalguns casos no consumo de outubro que estará em pagamento em dezembro e noutros casos em novembro e que estará em pagamento apenas em janeiro; e ainda poiar no valor correspondentes às faturas durante 3 meses nos casos onde houve danos parciais das habitações ou empresas afetadas e apoiar no valor correspondentes às faturas nos casos onde houve danos totais das habitações ou empresas afetadas durante os primeiros 3 meses após conclusão da obras.

Regime Excecional de Controlo Prévio de Opera-

ções Urbanísticas nos termos do Decreto-Lei 130/2017, de 9 de outubro

Aprovada a proposta n.º 131/2017 relativa ao regime excecional de controlo prévio de operações urbanísticas nos termos do Decreto-Lei 130/2017, de 9 de outubro, definido que os territórios afetados pelos incêndios de 15 de outubro, onde constam as áreas de reconstrução urgente para habitação ou atividades económicas são os que estão definidos na planta cuja delimitação foi objeto de informação prestada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e correspondem à lista de edifícios que dela faz parte integrante de acordo com o nº 1 e 2, do artigo 4º, do Decreto-Lei 130/2017. São dispensadas as consultas a entidades externas, exceto aqueles necessários em ordem de segurança e prevenção de riscos, sem prejuízo do estipulado no ponto 3, artigo 5º, do Decreto-Lei 130/2017. Dos elementos instrutórios de processos de comunicação prévia, elencados na Portaria nº 113/2015, de 22 de abril, apenas será exigível, no conjunto de projetos de especialidade, o de estabilidade, bem como o de segurança contra incêndios em edifícios nos casos previstos na legislação específica, nos termos do nº 4, do artigo 4º, do Decreto-Lei 130/2017.

Isenções de Taxas e Impostos Municipais na sequência do Incêndio de outubro de 2017

Aprovada a proposta n.º 132/2017 referente às isenções de taxas e impostos municipais na sequência do incêndio de outubro de 2017, designadamente, ao abrigo do artigo 6º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Seia, a isenção na totalidade as taxas administrativas e de urbanização, calculadas segundo o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (DR, 2ª série, 11 de Maio de 2011) devidas pelos pedi-

dos de licenciamento relacionados com edificações afetadas pelos incêndios, seja na reabilitação, reconstrução ou construção nova, na localização inicial ou em nova localização no Concelho; a isenção na totalidade as taxas referentes a pedidos de licenciamento de queimadas e fogueiras tradicionais, que respeitem a legislação aplicável, com o objetivo de consciencializar as populações do uso correto do fogo e monitorizar o seu uso. E ao abrigo do disposto no artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), relativo a prédios urbanos devidamente licenciados e destinados a atividades económicas, primeira ou segunda habitação, afetados pelos incêndios de 15 a 17 de outubro de 2017 e enquadráveis no Decreto-Lei 130/2017, após o término da reabilitação urbanística, pelo período de 3 anos, nos termos do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Protocolo entre o Município de Seia e a Associação Dignitude - Programa abem: Rede Solidária do Medicamento

Aprovada a proposta n.º 133/2017 relativa à aprovação de Protocolo entre o Município de Seia e a Associação Dignitude - Programa abem: Rede Solidária do Medicamento que tem por objetivo garantir o acesso ao medicamento em ambulatório por parte de qualquer cidadão que, em Portugal, se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescrito por receita médica.

IMI para 2018

Aprovada a proposta n.º 134/2017 referente à definição da taxa aplicável de IMI para 2018, inserida na estratégia territorial municipal uma vez que apresenta uma discriminação positiva das diferentes freguesias em função das características dos diferentes territórios, a promoção da natalidade e, em paralelo, procura contribuir para o incremento de medidas de reabilitação urbana e consequentemente melhorar a coesão territorial, fixando designadamente as seguintes taxas:

1. Ao abrigo do n.º 5, do artº 112º do CIMI:

a) 0,45% para os prédios urbanos contemplados na alínea c), do n.º 1, do artigo 112º, do mesmo código.

2. Nos termos, e para os efeitos dos n.ºs 6 a 8 e n.º 12, do artigo 112º e do nº1 do artigo 112º-A do CIMI e do Estatuto dos Benefícios Fiscais que:

a) as freguesias abaixo mencionadas possam beneficiar de minorações de valor diferenciado, relativamente à taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto.

FREGUESIA	Taxa de Minoração
ALVOCO	17,5%
CARRAGOZELA E VÁRZEA	2,5%
GIRABOLHOS	7,5%
LORIGA	5,0%
SABUGUEIRO	2,5%
SAMEICE E SANTA EULÁLIA	2,5%
SANDOMIL	7,5%
SAZES	7,5%
TEIXEIRA	17,5%
TORROZELO E FOLHADOSA	2,5%
TRAVANCINHA	5,0%
VALEZIM	2,5%
VIDE E CABEÇA	17,5%
VILA COVA	2,5%

b) A redução de 5% da mesma taxa para prédios arrendados para habitação localizados em todas as freguesias do concelho;

c) A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal de Seia tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 89º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, enquanto não forem iniciadas as obras intimadas por motivos unicamente imputáveis aos respetivos proprietários;

d) A redução de 25% da taxa aplicável a prédios urbanos classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor;

e) A redução da taxa de imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no Código do Código do IRS, compõem o agregado familiar

do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela.

Número de dependentes a cargo	Dedução Fixa em €
1	20
2	40
3 ou mais	70

f) A isenção de imposto municipal sobre imóveis que incide sobre os prédios urbanos que sejam objeto de ações de reabilitação urbana, que se encontrem localizados na ARU do Centro Histórico de Seia e de São Romão;

g) a redução de 12,5% da taxa do imposto municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética.

3. Os serviços elaborarão listagens das situações previstas nas alíneas b), c), d) e g) do número anterior, mediante informação dos interessados com a respetiva identificação do artigo matricial, para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno.

Alteração ao Regulamento do Programa de Incentivo à Natalidade

Aprovada a proposta n.º 135/2017 referente à publicação de início de procedimento do projeto de alteração ao Regulamento do Programa de Incentivo à Natalidade, Adoção e Vacinação Infantil, para que no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação da presente deliberação, possam os interessados constituir-se como tal, tendo em vista a subsequente apresentação de contributos.

Apoio Financeiro

Aprovada a proposta n.º 136/2017 relativa ao apoio, no valor de 5.000€, para a União das Freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge, destinada à conservação de regadios.

Alteração ao Contrato de Comodato para Cedência da Escola do 1º CEB de Santa Comba

Ratificado o Despacho n.º 41/2017 referente à altera-

ção ao Contrato de Comodato para cedência da escola do 1º CEB de Santa Comba e que respeita à alteração do segundo outorgante que passa a ser o Centro Social e Cultural de Santa Comba.

Operações Urbanísticas

Pedido de Certidão de Destaque

Aprovado o processo n.º 01/2011/2017 – José Miguel Garcia Santos.

Licenciamentos de Obras Particulares

Processos Aprovados

José Manuel Costa Ferrão – Quintela – Seia (Legalização de moradia)

Maria Fátima Abrantes Cruz Martins – Seia (Ocupação de via pública)

Ana Conceição Pereira Reis – São Romão (Ocupação de via pública)

Condomínio do Prédio da Av. Visconde Valongo 9 e 15 – Seia (Ocupação de via pública)

Condomínio do Edifício Camelo Central – São Romão (Ocupação de via pública)

Vera Cruz Santos Costa – Seia (Ocupação de via pública)

Centro Social da Quinta de Monterroso – São Romão (Ampliação de lar de idosos)

Manuel Madeira Brito – São Romão (Alterações de moradia)

Adriano Rodrigues Ferreira – São Romão (Reconstrução de moradia)

António Gabriel Lopes Pina – Loriga (Legalização de moradia)

A Casa dos Meus Avós, Lda. - Vila Chã (Ampliação de lar de idosos)

Elsa Maria Costa Ventura Ramos – Figueiredo (Reconstrução de moradia)

Casa do Vidoeiro, Unipessoal, Lda. - Seia (Ampliação de edifício – alojamento local)